

CIBEC/INEP



B0024380

MEC

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO
Secretaria de Educação Especial

**Diretrizes Gerais para o
Atendimento Educacional
aos Alunos Portadores
de Altas Habilidades/
Superdotação e Talentos**

Educação Especial
Um Direito Assegurado
MEC/UNESCO

76.545
3823d

Série
DIRETRIZES

10

PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Fernando Henrique Cardoso

MINISTRO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO
Paulo Renato Souza

SECRETÁRIO EXECUTIVO
Luciano Oliva Patrício

SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL
Marilene Ribeiro dos Santos



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO
Secretaria de Educação Especial

Diretrizes Gerais para o Atendimento Educacional aos Alunos Portadores de Altas Habilidades/ Superdotação e Talentos

Educação Especial
Um Direito Assegurado
MEC/UNESCO

Série
DIRETRIZES
10

Brasil. Secretaria de Educação Especial

Diretrizes gerais para o atendimento educacional aos alunos portadores de altas habilidades: superdotação e talentos / Ministério da Educação e do Desporto. - Brasília: MEC/SEESP, 1995.

50p. (Série Diretrizes; 10)

1. Educação Especial - superdotados.
2. Educação especial - bem dotados.
3. Diretrizes da Educação. I. título

CDU: 376-545

Esta publicação foi realizada
dentro do Acordo MEC/UNESCO

| | | | |
|------|---|--|----|
| I | - | Introdução..... | 5 |
| II | - | Fundamentos legais..... | 7 |
| III | - | Conceituação de altas habilidades/superdotação e talento..... | 13 |
| IV | - | O processo de identificação..... | 17 |
| V | - | Mecanismos efetivos para assegurar a implementação do atendimento..... | 21 |
| VI | - | O atendimento educacional e suas vantagens..... | 25 |
| VII | - | Linhas de orientação pedagógica..... | 27 |
| VIII | - | Capacitação e desenvolvimento de recursos humanos | 33 |
| IX | - | Importância do desenvolvimento de estudos e pesquisas e da implantação de uma política de documentação e divulgação do conhecimento produzido..... | 39 |
| X | - | Estratégias e sugestões para os Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais de Educação..... | 43 |
| XI | - | Bibliografia..... | 45 |

NN a elaboração do presente documento, partiu-se do pressuposto de que o salto qualitativo do progresso de um país não se dá se não houver determinação do governo em assumir uma política clara, inserida no conjunto das políticas sociais, relativa ao desenvolvimento das potencialidades de seu povo.

O estudo baseou-se nos princípios da globalização, da democratização, da participação e da comunicação, que regem as tendências dos projetos internacionais. Esses princípios recomendam, por um lado, a intersetorialidade, a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade, além da integração entre os objetivos e as metas dos organismos envolvidos ou ainda por envolver, e, por outro lado, e os recursos comunitários disponíveis.

Sem dúvida, a consolidação da cidadania exige redobrados esforços por parte da nação brasileira, uma vez que seu sistema escolar não consegue se expandir no mesmo ritmo das exigências da sociedade. Contudo, a conquista de um padrão de escolarização de melhor qualidade, passo importante que pode inserir o Brasil num novo patamar de desenvolvimento, depende de ampla mobilização da sociedade, da família e da escola.

Visando a dinamizar a implementação do atendimento educacional específico para os alunos das redes pública e privada que apresentam altas habilidades/superdotação ou talentos, este trabalho objetiva fornecer subsídios aos educadores que, no exercício de suas funções, necessitam planejar e executar atividades nessa área.

Tais alunos têm os seus direitos em relação a um atendimento específico assegurados pela Constituição Federal e, de acordo com a Política Nacional de Educação Especial (1994), são dignos de respeito quanto a esse seu direito a uma educação de melhor qualidade. A filosofia dessa educação está pautada no desenvolvimento integral do homem e na sua preparação para uma vida produtiva e de qualidade, fundada no equilíbrio entre os interesses individuais e as regras dos grupos sociais.

A ampliação qualitativa e quantitativa das oportunidades pro-

piciadas a esses educandos compatibiliza-se com a atual política governamental, voltada para o fortalecimento dos sistemas estaduais e municipais de ensino, consideradas as peculiaridades locais e regionais.

Impõe-se, assim, uma ação articulada entre órgãos públicos e particulares, com vistas a aprimorar a prática do planejamento e da administração e a promover a adequada qualificação dos recursos humanos. Deve-se, igualmente, buscar a incorporação de novas soluções técnicas e de metodologias alternativas de avaliação e diagnóstico, incentivar a participação sociocultural desse educando e patrocinar programas sistemáticos de informação à família e à comunidade em geral.

O cuidado dedicado ao atendimento à pessoa portadora de altas habilidades/superdotada ou talentosa pauta-se no respeito à dignidade do ser humano e ao seu direito ao pleno desenvolvimento. Esse direito é sinalizado hoje por uma consciência crítica nacional e internacional, consolidada nos princípios e recomendações dos compromissos definidos em nível nacional e em convenções, acordos, e declarações internacionais dos quais o Brasil é signatário.

Nessas proposições está implícita a necessidade da elevação do nível de qualidade de vida pessoal, social, nacional e mundial, bem como o desenvolvimento pleno das potencialidades individuais. Para isso, faz-se necessária a construção sistemática de níveis e tipos mais adiantados de educação e de capacitação numa estrutura de aprendizagem efetiva. Desse modo, viabiliza-se a transmissão permanente de conhecimentos úteis, de habilidades de raciocínio, de aptidões, de atitudes e valores. Ao reconhecer esses princípios e recomendações, o Brasil assumiu compromissos com a definição de uma política pública na área educacional para dez anos pelo menos. Só assim evitar-se-ão descontinuidades administrativas e oferecer-se-á um programa de ação mais consistente.

O atendimento à pessoa com altas habilidades/superdotados e talentosos respalda-se:

1. Em princípios baseados na Declaração Universal dos Direitos do Homem

Todo ser humano é elemento valioso qualquer que seja a idade, sexo, idade mental, condições emocionais e antecedentes culturais que possui, ou grupo étnico, nível social e credo a que pertença. Seu valor é inerente à natureza do homem e as potencialidades que traz em si.

Todo ser humano, em todas as suas dimensões, é o centro e o foco de qualquer movimento para sua promoção. Princípio esse que exige uma ação integrada de responsabilidade e de realizações pluridimensionais.

Todo ser humano tem direito de reivindicar condições apropriadas de vida, aprendizagem e ação, de desfrutar de convivência condigna e de aproveitar das experiências que lhe são oferecidas para desempenhar-se como pessoa e como membro atuante de uma comunidade.

2. Na Convenção sobre os Direitos da Criança

(Adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas - 20/11/89)

Artigo 2º. "Os Estados Partes respeitarão os direitos enunciados na presente Convenção e assegurarão sua aplicação a cada criança sujeita à sua jurisdição, sem distinção alguma, independentemente de raça, cor, sexo, idioma, crença, opinião política ou de outra índole, origem nacional, étnica ou social, posição econômica, deficiências físicas, nascimento ou qualquer outra condição da criança, de seus pais ou de seus representantes legais."

3. Na Constituição da República Federativa do Brasil (outubro/1988)

Artigo 205. "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho."

Artigo 208. "O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um."

Artigo 218. "O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológicas.

§ 5º É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular parcela de sua receita orçamentária a entidades públicas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica."

4. Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 5.692/71)

Artigo 9º. "Os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação."

5. No Estatuto da Criança e do Adolescente.

Artigo 53. "A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho."

Artigo 54. "É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um."

6. Em Pareceres do Conselho Federal de Educação.

- Parecer n° 255/72 de 09/03/72
(Documenta 136, março 1972)

Destaca que o progresso do estudante deve atender a ritmo próprio de aprendizagem e a diversos interesses e aptidões. A frequência deverá ser "dispensável ante a evidência de aproveitamento excepcional". Reconhece "ai unos que revelam especial talento", bem como defende a não existência de barreiras entre séries, ou seja, ano letivo independente de ano civil para que o progresso do estudante superdotado possa ser mais veloz, eliminando qualquer perda de tempo.

- Parecer n° 436/72 de 09/05/72
(Documenta 138, maio 1972)

Admite matrícula condicional de aluno superdotado em curso superior, com prazo de até dois anos para apresentação de prova

conclusão do ensino de segundo grau, desde que reconhecida sua superdotação antes da inscrição no vestibular.

• **Parecer n° 681/73** de
(Documenta 150, item 3.7, maio 1973)

"Oportunamente este Conselho fixará o conceito e as formas de apurar o superdotado, a partir do que baixariam os Conselhos de Educação, as normas sobre a matéria para os seus sistemas estaduais de ensino."^w

• **Parecer n°. 711/87** de 02/09/87
(Documenta 321, setembro 1987)

Estabelece Ações de Atendimento ao Superdotado, propondo:

1. Conceito e formas de apurar a superdotação;
2. Descentralização de competência para declarar a superdotação;
3. Procedimentos de identificação;
4. Modalidades de atendimento;
5. Formação de recursos humanos;
6. Estudos e pesquisas;
7. Constituição da Coordenadoria Nacional;
8. Envolvimento das Secretarias e dos Conselhos de Educação, e
9. Participação da Família, Escola, Empresa e Comunidade, e enuncia os princípios norteadores da Educação Especial: participação, integração, normalização, interiorização e simplificação.

7. Portaria do Ministério da Educação

A Portaria CENESP/MEC n° 69, de 28/08/86, no que se refere ao superdotado, expressa sua definição e caracterização no artigo 3°:

"Superdotados: educandos que apresentam notável desempenho e/ou elevada potencialidade nos seguintes aspectos, isolados ou combinados: capacidade intelectual, aptidão acadêmica, pensamento criador, capacidade de liderança, talento especial para artes, habilidades psicomotoras, necessitando atendimento educacional especializado".

8. Na Declaração Mundial "Educação para Todos" (da qual o Brasil é signatário), resultante da Conferência Mundial sobre Educação Para Todos, realizado em Jomtien, na Tailândia em 1990.

Artigo Iº, item 1 - "Cada pessoa, - criança, jovem ou adulto - deve estar em condições de aproveitar as oportunidades educativas voltadas para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem. Essas necessidades compreendem tanto os instrumentos essenciais para a aprendizagem (como a leitura e a escrita, a expressão oral, o cálculo e a solução de problemas), quanto os conteúdos básicos de aprendizagem (como conhecimentos, habilidades, valores e atitudes) necessários para que os seres humanos possam sobreviver, desenvolver plenamente suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentais e continuar aprendendo. A amplitude das necessidades básicas de aprendizagem e a maneira de satisfazê-las variam segundo cada país e cada cultura e, inevitavelmente, mudam com o decorrer do tempo."

9. Na Declaração da Nova Delhi de 1993 (cf. Item 3.5).

Em todas as ações, em nível nacional e em todos os níveis, atribui-se a mais alta prioridade ao desenvolvimento humano, assegurando que uma parcela crescente dos recursos nacionais e comunitários seja canalizada à educação básica e que seja aprimorado o

gerenciamento dos recursos educacionais disponíveis.

10. Plano Decenal de Educação para Todos (1993-2003) - MEC.

"Nova Deliu configura-se como uni compromisso, internacional por um lado, na medida em que o Brasil é integrante de uma comunidade que transcende suas fronteiras, e, por outro, por assumir um compromisso nacional de oferecer a todos, sem discriminação e com ética e equidade, uma educação básica de qualidade."

Esses fundamentos por si justificam e asseguram a implementação do acompanhamento sistemático e complementar às pessoas com altas habilidades/superdotados e talentosas.

No momento em que CONHECIMENTO, QUALIDADE e CRIATIVIDADE são os principais fatores diretamente relacionados ao resgate da qualidade de vida e de relações nacionais e internacionais, o ATENDIMENTO ESPECÍFICO a essa população toma-se também forte mecanismo de transformação.

Apenas o compromisso real de uma ação articulada e efetiva com base no Plano Decenal Educação para Todos, nas esferas federal, estadual e municipal, pode viabilizar a consecução dos objetivos e metas do atendimento adequado a essas pessoas.

AA o descrever o aluno portador de altas habilidades/superdotado ou talentoso, nos deparamos com alguns aspectos cruciais, como a nomenclatura, a conceituação, a identificação, as formas e as possibilidades de atendimento no ensino regular, público ou privado.

A nomenclatura, ao longo dos anos, tem-se constituído fonte de polémica, dada a diversidade de pontos de vista dos diferentes especialistas. Neste documento, considerou-se oportuno usar os termos: "Altas Habilidades" (Conselho Europeu); "Superdotação" ou "Talentos" (Conselho Mundial). É importante, por isso, conceituarem-se alguns aspectos relativos a essa questão:

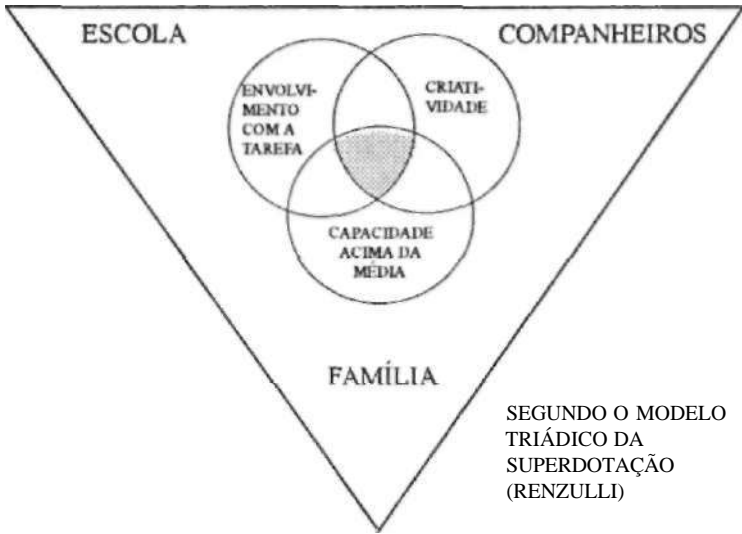
Altas Habilidades referem-se aos comportamentos observados e/ou relatados que confirmam a expressão de "traços consistentemente superiores" em relação a uma média (por exemplo: idade, produção, ou série escolar) em qualquer campo do saber ou do fazer.

Deve-se entender por "traços" as formas consistentes, ou seja, aquelas que permanecem com *frequência* e *duração* no repertório dos comportamentos da pessoa, de forma a poderem ser registradas em épocas diferentes e situações semelhantes.

Esses educandos apresentam *envolvimento com a tarefa*, traço que se refere a comportamentos observáveis na demonstração de expressivo interesse, motivação e empenho pessoal nas tarefas que realiza em diferentes áreas, e criatividade, traço que diz respeito a comportamentos criativos observáveis no fazer e no pensar, expressados em diferentes formas: gestual, plástica, teatral, matemática ou musical, entre outras.

Identificadas necessariamente por profissionais qualificados, Superdotados e Talentosos são indivíduos que, por suas habilidades evidentes, são capazes de alto desempenho (Renzulli, 1988), têm capacidade e potencial para desenvolver esse conjunto de traços e usá-los em qualquer área potencialmente valiosa da realização humana, em qualquer grupo social.

III - CONCEITUAÇÃO DE ALTAS HABILIDADES / SUPERDOTAÇÃO E TALENTOS



O fato, porém, é que nem todos os alunos com altas habilidades/superdotados ou talentosos apresentam as mesmas características e habilidades, nem todos têm o mesmo potencial, nem todos materializam plenamente seu potencial. Cada um tem um perfil próprio e uma trajetória singular de realização, mas todos necessitam de atendimento especial.

Entre os tipos de superdotação, apontam-se tradicionalmente: o *tipo intelectual*, que apresenta flexibilidade, independência e fluência de pensamento, produção intelectual, julgamento crítico e habilidade para resolver problemas; o *tipo social*, que revela capacidade de liderança, sensibilidade interpessoal, atitude cooperativa, sociabilidade expressiva, poder de persuasão e influência no grupo; o *tipo acadêmico*, com capacidade de atenção, concentração, memória, interesse e motivação

pelas tarefas acadêmicas e capacidade de produção, o *tipo criativo*, com capacidade de encontrar soluções diferentes e inovadoras, facilidade de auto-expressão, fluência, originalidade e flexibilidade; o *úpopstcomotricinestésico*, que se destaca por sua habilidade e interesse por atividades físicas e psicomotoras, agilidade, força e resistência, controle e coordenação motoras, finalmente, o *tipo dos talentos especiais*, que pode se destacar nas artes plásticas, musicais, literárias e dramáticas, revelando capacidade especial e alto desempenho em tais atividades. (conceituação adotada pelo MEC).

Outros tipos de habilidade e de superdotação podem aparecer, havendo várias combinações dessas características e desses tipos.

O modelo dos talentos múltiplos de Taylor (1976) propõe um elenco de habilidades que podem ser detectadas para se estabelecer o perfil de tais alunos, a saber:

CAPACIDADE ACADÊMICA: habilidade nas áreas cognitivas de aprendizagem e no uso de informações.

CRIATIVIDADE: habilidade de ir além, colocando juntas informações diferentes para encontrar novas soluções ou outros meios de expressar ideias; fluência, flexibilidade e originalidade em seu modo de pensar e agir.

PLANEJAMENTO: capacidade de elaboração de planos, com atenção para pormenores, e sensibilidade para problemas que necessitam de organização de materiais, tempo e competências das pessoas.

COMUNICAÇÃO: fluência de palavra, de expressão e de associação.

PREVISÃO: perspicácia conceitual, profundidade e análise minuciosa de critérios

TOMADA DE DECISÃO: avaliação lógica e julgamento.

IMPLEMENTAÇÃO: habilidade para implementação de planos e para produzir ou selecionar outro plano a ser implementado.

RELACIONAMENTO HUMANO: talento para lidar com pessoas em novas áreas, utilizando senso de oportunidade e capacidade de adaptação social.

III - CONCEITUAÇÃO DE ALTAS HABILIDADES / SUPERDOTAÇÃO E TALENTOS

DISCERNIMENTO DE OPORTUNIDADES: capacidade para a identificação de alternativas de ação e de novas oportunidades para si e para os outros.

É importante, no entanto, não generalizar. Devem-se observar as manifestações de curiosidade, interesse por desafios, habilidade de estabelecer relações entre fatos, informações e conceitos, espírito crítico, senso de humor, inconformismo com a rotina, entre muitas outras. Os portadores de altas habilidades/ superdotados ou talentosos podem, contudo, apresentar dificuldades adaptativas. Ao se sentirem discriminados ou rejeitados pelos professores ou colegas, mostram-se, muitas vezes, extremamente vulneráveis a pressões externas..

AA identificação é um processo dinâmico que engloba avaliação e acompanhamento abrangentes e contínuos. Assim, a identificação do portador de altas habilidades não decorre somente do acompanhamento de seu rendimento escolar nem do resultado nos testes de inteligência que possa ter feito. *Uma única fonte de informação jamais será suficiente nem satisfatória.* Entre outros aspectos importantes, devem-se levar em conta os contextos socioeconômico e cultural, além de outras variáveis.

Sugere-se, pois, que a identificação seja feita, principalmente, por meio da observação sistemática do *comportamento* e do *desempenho* do aluno, sempre que possível com foco em seu dia-a-dia, como em passeios, no recreio, em jornadas e atividades de lazer. Um acompanhamento sistemático, como parte desse processo, possibilitará conhecer os traços peculiares do aluno e verificar a *intensidade*, a *frequência* e a *consistência* desses traços ao longo de seu desenvolvimento. É importante também conhecer sua história de vida, familiar e escolar (se houver), bem como seus interesses, preferências e padrões de comportamento social em variadas oportunidades e situações.

Sempre que possível, as *escolas regulares* devem oferecer um atendimento especializado, para que se possa lidar convenientemente com algumas das características desses alunos, como energia e persistência em atividades de que gosta, curiosidade por tudo o que o cerca e interesse por temas considerados mais abstratos. O atendimento especializado nas escolas regulares, por outro lado, cumpre uma função extremamente importante: a de conscientizar as pessoas portadoras de altas habilidades do valor de seus traços e peculiaridades, para que elas lutem por seu pleno desenvolvimento e por seu engajamento no grupo social, e para que desejem compartilhar os frutos de sua habilidade com seus companheiros de vida.

Esse processo só tem sentido se existirem programas especiais, aos quais o aluno possa ser enviado para um atendimento educacional diferenciado, preferencialmente sob a forma de *enriquecimento*. O *acompanhamento* de cada aluno indicado para participar de uma programação especial depende de um conjunto de instrumentos criados a partir de observações realizadas pelo maior número possível de profissionais e de pessoas que lidem com o aluno.

Numa fase inicial, considera-se que o aluno apresenta *indicadores de superdotação*. Esses indicadores serão confirmados ou não, posteriormente, por meio de observações livres e dirigidas, realizadas em diferentes situações e oportunidades, preferencialmente nas atividades da vida cotidiana e nas da vida acadêmica. Do processo de identificação deve fazer parte o maior número possível de dados, informações e pontos de vista, desde aquele do diretor da escola aos dos professores, companheiros e familiares do aluno.

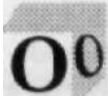
Existem inúmeros modelos de inventário e de questionário, padronizados ou não, que podem ser utilizados nas diferentes etapas da identificação. Dispondo-se de equipe organizada ou de profissional especializado, podem-se solicitar dados complementares. Enfim, quanto maior e mais variadas forem as fontes de informação sobre o aluno, melhor será seu encaminhamento para programas especiais de atendimento. Nessa perspectiva, a observação e a história de vida são consideradas um material rico e valioso para a identificação e para o acompanhamento de tais alunos.

Outros procedimentos são as entrevistas, as técnicas de avaliação de habilidades e de interesses, bem como os testes psicológicos específicos.

Para complementar os dados obtidos por meio dessas técnicas, sugere-se ainda o emprego de alguma modalidade de textos de cunho pedagógico, que podem ser utilizados pelos diferentes profissionais da educação, incluindo, é claro, o professor. O Teste "M.M." (Minhas Mãos) de Antipoff, por exemplo, baseia-se na técnica de redação e já dispõe de parâmetros validados para

a população brasileira. Esse teste permite avaliar *ajluência*, entendida aqui como a capacidade de se produzir, no menor espaço de tempo, o maior número de ideias sobre determinado assunto ou tema.

É importante ressaltar o conjunto de informações que ajudam a compor o perfil do aluno avaliado, considerando-se igualmente valiosos todos os instrumentos referidos, sem dar destaque especial a qualquer deles. Deve-se considerar também a possibilidade de se levantar esse perfil sem se contar com técnicos, especialistas e equipes de avaliação. Nesse caso, o professor assume mais um grande papel: a avaliação minuciosa, detalhada, completa e real de seu aluno. As ações de identificação dessas pessoas, por fim, devem caracterizar um trabalho interdisciplinar e transdisciplinar, em que se ressalta o compromisso de todos os envolvidos com um processo socioeducacional global.

 Os mecanismos que podem ser usados para assegurar a implementação do atendimento incluem os mecanismos legais, os de gestão do sistema e da escola, os mecanismos técnico-científicos e operacionais de financiamento de controle e avaliação, além dos mecanismos de acompanhamento.

A fim de assegurar-se a implementação do atendimento educacional a esses educandos, optamos por enfatizar os mecanismos operacionais. Foram consideradas as recomendações apresentadas no relatório do Seminário Nacional sobre o Plano Decenal e a Educação Especial, realizado em 1994, com a participação de instituições governamentais e não-governamentais amantes nessa área. Esse relatório destacou quatro eixos temáticos, a saber:

- valorização de recursos humanos,
- qualidade do processo ensino-aprendizagem;
- gestão do sistema educacional, e
- financiamento e gastos.

Esses eixos norteiam as ações no sentido de garantir uma implementação mais segura desses programas. Essas ações incluem a *articulação permanente* entre ensino regular e educação especial; a *adaptação* e a *reorientação* de propostas curriculares, de modo a adequá-las à realidade do aluno e a garantir a autonomia didática e pedagógica das escolas; o *incremento de parcerias* e, finalmente, a *agilização* do repasse de verbas, a fim de se implementar a programação e se desenvolverem ações integradas, visando ao cumprimento das legislações federais, estaduais e municipais em vigor.

O planejamento de programas socioeducativos nessa área, a dinamização das atividades e o acompanhamento sistemático de projetos educacionais são fundamentais porque asseguram sua confiabilidade e eficácia. Para que haja coerência na distribuição de verbas e financiamentos e para que ocorra troca de experiências e se façam parcerias, é primordial o envolvimento de diversas esferas administrativas, nos níveis federal, estadual e municipal.

V - MECANISMOS EFETIVOS PARA ASSEGURAR A IMPLEMENTAÇÃO DO ATENDIMENTO

A provisão de uma rede de recursos complementares que integrasse professores, pais, diretores e demais profissionais de educação e a utilização dos meios de comunicação para sensibilizar a comunidade evitariam o risco de difusão de uma ideologia educacional excludente, a confusão com o elitismo e a radicalização dos preconceitos sociais. Muitas pessoas percebem esses programas como um encargo a mais, sentem-se ameaçadas e o acusam de desnecessário e supérfluo. Por outro lado, levar o sistema a dinamizar suas relações com a comunidade, com o mercado de trabalho e com as ofertas e demandas da população facilitará uma gestão educacional participativa. Porém, ao integrarem-se esses alunos às atividades escolares de uma escola comum, alguns pontos devem ser considerados na prática pedagógica, como a necessidade de que os projetos a serem implementados estimulem a cooperação entre alunos, professores e comunidade, pois o estímulo reforça a responsabilidade social de todos.

As alternativas sugeridas deverão ser sempre analisadas em termos de metodologia, material didático e pessoal especializado, adequando-se o ensino às necessidades, ao ritmo de aprendizagem e aos interesses e às características culturais e socioeconômicas dos alunos superdotados e com altas habilidades.

Tais ações passam, inicialmente, pela modificação do ambiente escolar, a fim de atender tais alunos. Seja em classes comuns, em grupos especiais paralelos ou em salas de recursos, é preciso propiciar atividades de enriquecimento das atividades escolares, de orientação individualizada ou de aceleração de estudos. É necessário modificar a atitude do professor, levando-o a compreender e aceitar melhor esses alunos, a reavaliar situações de rotina escolar e a redefinir soluções, contornando suas dificuldades de adaptação aos programas especiais. É preciso modificar o conteúdo curricular e as estratégias de ensino no sentido de se introduzirem práticas pedagógicas dinâmicas, e temas e assuntos que despertem o interesse dos alunos.

Os seguintes critérios devem nortear a escolha das modalidades desse atendimento, com o objetivo de se desenvolverem

as habilidades e as potencialidades específicas desses alunos:

- características da população alvo de alunos com altas habilidades/superdotados e/ou talentosos;
- diferenciação regional e socioeconômica;
- recursos humanos e financeiros disponíveis;
- condições das instituições educacionais;
- suporte do sistema escolar e de serviços consultivos;
- possibilidade de acompanhamento e controle, e
- envolvimento da comunidade, família e recursos do meio ambiente.

Os programas que não consideram tais critérios têm dificuldades na sua implementação. Aceitar diferenças e reconhecer habilidades é fundamental para que haja motivação desse aluno.

É importante ressaltar o fato de que esses alunos não apresentam necessariamente excelente desempenho escolar, podendo haver discrepância entre seu potencial e o seu desempenho escolar. Tal situação ocorre por conta do desinteresse pelos estudos acadêmicos, por causa de programação repetitiva, metodologias ultrapassadas, por exigências e expectativas excessivas por parte dos pais e professores ou por outras dificuldades pessoais. Além disso, a incompatibilidade entre o que o aluno realiza e o que desejaria fazer, entre a possibilidade de realização que tem e aquilo que efetivamente consegue, faz com que fique desanimado e desinteressado.

Os portadores de altas habilidades/superdotados e/ou talentosos poderão atuar no desenvolvimento técnico-científico, cultural e artístico do País, contribuindo para a solução de problemas e elevando o nível de vida dos cidadãos. Desse modo, poderão agilizar as transformações sociais.

O atendimento educacional do aluno portador de altas habilidades/superdotado e/ou talentoso concorrerá para despertar nos professores e nas autoridades a necessidade urgente de propiciar melhores condições escolares para seu pleno desenvolvimento, de trazer novas propostas e oportunidades e de promover serviços de melhor qualidade. Esse atendimento visará ao desenvolvimento global do aluno, levando-se em conta o fato de que a escola também sofrerá transformações, tendo de se adequar às exigências e necessidades desses alunos. Por outro lado, a família terá de participar intensa e criativamente no desenvolvimento dessas pessoas, possibilitando a expansão de suas potencialidades.

Sabe-se que o potencial humano é considerado atualmente o maior e o melhor recurso natural de um país. Todo investimento usado para atendimento educacional do aluno portador de altas habilidades/superdotado e/ou talentoso terá alto retorno, trazendo benefícios recíprocos tanto para esse aluno quanto para a sociedade em que vive. Considera-se que tal aluno, devidamente atendido, sentir-se-á seguro, confiante em suas potencialidades, e entenderá seu papel social na construção da cidadania.

Outra vantagem seria a de pôr em aplicação o grande potencial dessas pessoas, trazendo-as a uma participação maior no desenvolvimento da sociedade. Atendidas em suas áreas de interesse, essas pessoas contemplariam as necessidades socioculturais do País graças à sua sensibilidade e ao prazer com que realizam aquilo de que gostam. Por outro lado, o grupo social seria enriquecido com suas novas descobertas, ações e atuações. Seu provável bom desempenho será, ainda, um fator de estímulo social e cultural, e promoverá a melhoria do desempenho de seus companheiros.

A participação das comunidades, mobilizando seus recursos e suas instituições, seria muito importante para agilizar e difundir esse atendimento, contribuindo para uma maior consciência política e social da sua importância, com vistas ao desenvolvimento e progresso do País.

HH á vários tipos de programas de atendimento educacional para os educandos portadores de altas habilidades/ superdotados e/ou talentosos, como:

- atividades de enriquecimento em classes regulares;
- ensino individualizado;
- estudos independentes;
- agrupamentos especiais;
- utilização de salas de recursos complementares;
- programas de orientação individual ou grupai;
- aceleração ou entrada precoce em classes mais avançadas;
- elaboração de propostas curriculares com aprofundamento do conteúdo curricular, e
- atividades especiais suplementares e diversificadas.

Seguindo-se o princípio de integração desses alunos ao sistema, recomendam-se classes e escolas comuns sempre que o professor tenha condições de trabalhar com atividades diferentes e disponha de orientação e de materiais pedagógicos adequados. Assim, não serão necessariamente criadas classes especiais. Caberá às escolas a opção dos programas viáveis a serem implementados, considerando seus limites institucionais, os recursos humanos disponíveis e as características locais e regionais.

Pode-se usar a estratégia de atendimento em rede interescolar, o que atenderá várias escolas, viabilizando uma melhor operacionalização dos recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis. Nessa rede, a fim de se evitar que haja dispersão de objetividade e pouca continuidade nas atividades de tais programas, os seguintes aspectos deverão ser respeitados: estabelecimento de um consenso de filosofia metodológica e de procedimentos pedagógicos, alocação de recursos e implantação de mecanismos de avaliação dos programas; estímulo à interligação e à intercomplementaridade de recursos e de serviços públicos e privados.

Com os recursos atuais de educação à distância, vários programas já em curso, tanto de televisão como de rádio, podem ser aproveitados. Do mesmo modo, servindo de reforço ao material di-

dático do professor, muitos vídeos no campo cultural e científico podem ser aproveitados, promovendo assim o enriquecimento sistemático dos conteúdos. Uma das estratégias a serem utilizadas é a do currículo por desempenho, que prevê níveis mínimos desejáveis de aquisição, variando em tempo e duração, dando assim maior possibilidade a esses alunos de escolherem temas e atividades. As propostas curriculares enriquecidas podem ser desenvolvidas paralelamente à programação normal das séries. Dentre os elementos do currículo, baseando-se no conteúdo e nos processos de aprendizagem, deverão ser enfatizados:

- o aproveitamento por descoberta;
- a resolução de problemas, gerando novos dados;
- a análise e a transparência das informações, e
- o desenvolvimento dos diversos processos de pensamento.

Recomenda-se sempre que tais programas não somente ensinem a estrutura básica das disciplinas, mas que procurem introduzir novas ideias e novas estratégias de investigação. Diversos projetos podem ser desenvolvidos por equipe de professores, pedagogos, supervisores e por equipes interdisciplinares. Contudo, um dos problemas que a escola pode enfrentar é o de como dispensar atenção particular e individualizada a alunos portadores de altas habilidades/superdotados e/ou talentosos em classes muito numerosas. O importante é que o professor favoreça situações educativas nas quais esse aluno possa adquirir maior independência pessoal, organizar melhor seu tempo, identificar tais objetivos e se tornar mais confiante e seguro.

A inovação dos métodos de ensino é fundamental: a forma de ensino centrado no aluno, a constante interação, o diálogo e o desdobramento dos conteúdos constituem alternativas importantes e viáveis. Os modelos de ensino-aprendizagem que se adaptam a tais alunos são os seguintes: o da *pedagogia divergente* de F. Williams, que reforça o pensamento divergente ligado às habilidades da elaboração produtiva, à flexibilidade, à fluência, à originalidade e à curiosidade. Esse modelo sugere estratégias de ensino que podem ser usadas com todos os conteúdos

curriculares, tais como questões provocativas, uso de analogias, descoberta por meio do acaso, expressão intuitiva e várias outras.

Outra metodologia utilizada é a proposta de W. Rathes, ligada ao *ensinar a pensar*, abrangendo também todas as áreas de ensino e enfatizando meios e resoluções de problemas e o sentido de observação durante todo o percurso escolar, fazendo ponte constante entre os diversos conteúdos curriculares. As experiências do método de De Bono, *aprender a pensar*, desenvolvem as denominadas "ferramentas para pensar", que favorecem a organização lógica e flexível do pensamento, denominado por ele de "lateral", correspondendo ao pensamento criativo dos demais autores, e explorando muito o senso de humor. Dentre o vasto elenco de atividades disponíveis, destacam-se aquelas que desenvolvem as diversas linguagens (verbal, plástica e corporal), a imaginação e a expressão emocional dos alunos, seja por meio de jogos, de atividades lúdicas ou do lazer.

Dentre as recomendações para melhorar a qualidade do processo ensino-aprendizagem para tais alunos, destacam-se o aprimoramento de ações educacionais a fim de reorientar e adaptar o currículo à realidade do aluno, valorizando, ao mesmo tempo, a instrumentalização das equipes técnicas. Além disso, recomenda-se estimular a modernização da sistemática pedagógica, incentivando o intercâmbio entre instituições em nível federal, estadual e municipal.

É necessário repensar a educação no que diz respeito ao conteúdo e à forma com a qual o processo ensino-aprendizagem vem sendo trabalhado (muito voltados para a memorização e a reprodução). Sabe-se hoje que não basta o conhecimento: de fundamental importância é o exercício da capacidade de pensar, imaginar e criar. É preciso ampliar o leque das habilidades a serem estimuladas e acentuar a satisfação e o prazer de aprender e criar. É preciso também reformular a imagem do aluno ideal, em que a obediência, a passividade e o conformismo ocupam lugar central, para incluir o compromisso, a dedicação, o entusiasmo, a iniciativa, a persistência, a capacidade de aprender com os próprios erros e a curiosidade, traços que contribuem de forma significativa para a busca de novas

questões, para a interpretação de velhos problemas sob novos ângulos e para um melhor aproveitamento das capacidades criativas.

Para favorecer a expressão do potencial criador, algumas dimensões da criatividade necessitam ser melhor conhecidas pelo professor, como as seguintes:

- habilidades relacionadas ao pensamento - fluência de ideias, flexibilidade e originalidade de pensamento, dentre outras;
- traços de personalidade que favorecem a expressão da criatividade - iniciativa, independência, autoconfiança, persistência, curiosidade, espontaneidade e intuição, dentre outras;
- clima psicológico - ambiente encorajador e positivo, em que o aluno se sente seguro e livre para expor suas ideias, sem medo de avaliação e de críticas. Em um clima em que se aceitam diferenças, reconhecem-se habilidades e esforços de cada indivíduo, e em que se estabelecem expectativas apropriadas. Caso a pessoa acredite que vai ser criticada, ridicularizada, punida ou ameaçada, ela certamente deixará de expressar novas ideias e de fazer uso de suas potencialidades criativas. Entre as barreiras que impedem a pessoa de tirar proveito de suas potencialidades, poder-se-iam destacar algumas de natureza emocional e outras de caráter cultural. Dentre as primeiras, salientam-se o medo de cometer erros, o medo de ser criticado, a falta de confiança nas próprias ideias e capacidades, o desejo excessivo de segurança e ordem, o comodismo, o medo de parecer ridículo, a insegurança e os sentimentos de inferioridade. Dentre as barreiras de caráter cultural estariam a concepção da fantasia e da reflexão como perda de tempo, a consideração da tradição como preferível à mudança, a ênfase na razão e na lógica, e desvalorização da intuição e dos sentimentos.

Os caminhos para a criatividade

Vários são os caminhos que o professor poderá seguir para a promover melhores condições para o desenvolvimento do potencial criador. Algumas sugestões nesse sentido são apresentadas a seguir:

- lembre-se de que os alunos expressam de forma mais plena suas habilidades criativas quando realizam atividades que lhes dão prazer;

- não se restrinja a exercícios e atividades que possibilitem uma única resposta correta. Utilize também exercícios que encorajem os alunos a serem o mais original possível em suas respostas;

- valorize as ideias originais de seus alunos;

- promova um ambiente que estimule as ideias criativas;

- encoraje os alunos a apresentar e a defender suas ideias;

- acentue o que cada aluno tem de melhor e informe-lhe sobre os seus "pontos fortes";

- desenvolva atividades que requeiram do aluno iniciativa e independência;

- estimule a curiosidade dos alunos por meio de tarefas propostas em sala de aula;

- faça perguntas desafiadoras que motivem os alunos a pensar e a raciocinar;

- dê tempo aos alunos para pensar e desenvolver ideias novas;

- diversifique as metodologias de ensino utilizadas em sala de aula;

- promova um ambiente de respeito e aceitação pelas ideias dos alunos;

- instigue nos alunos confiança em sua competência e em suas capacidades;

- estimule os alunos a utilizar as técnicas de resolução criativa de problemas (como tempestade de ideias) nos seus projetos de ciência, atividades artísticas e redação, com vistas a alcançar um produto mais criativo;

- exponha os alunos a vários tipos de tarefas e atividades que

requeiram tanto o uso do pensamento criativo, como de outras habilidades, como análise, síntese e avaliação, e

- reconheça que a criatividade incorpora uma variedade de processos (resolução de problemas, pensamento divergente, pensamento convergente) e uma série de fatores motivacionais e de personalidade (como autoconceito, autoconfiança, curiosidade, flexibilidade, motivação intrínseca).

Os avanços científicos e tecnológicos na área de administração e gestão, bem como a análise de experiência concreta, evidenciam que a capacitação e desenvolvimento dos recursos humanos são fundamentais para a efetivação e eficácia de qualquer trabalho. Quando a tarefa visa a seres humanos, essa questão é primordial e deve ser tratada sob o enfoque sistêmico. Portanto, a preparação de recursos humanos para a implantação do atendimento específico às pessoas com altas habilidades/superdotados e/ou talentosos deve contemplar todos os agentes do processo educacional e os parceiros que com eles interagem. Surge aí a natureza de um processo que, para não ser fragmentado e dicotômico, deve ter uma abordagem interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar, setorial e territorial. Em outros termos, o desenvolvimento de um plano de capacitação de recursos humanos deverá envolver docentes e diretores das unidades escolares, especialistas e gestores do sistema de ensino nos diferentes níveis e, finalmente, o aluno, agente e alvo do processo.

Mas a escola não atua isoladamente nessa ação educativa, uma vez que o aluno, como pessoa, é parte da família, da comunidade local e da sociedade mais ampla em que está inserido e, portanto, é sujeito dos Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo, bem como das organizações, governamentais e não-governamentais, que compõem a sociedade civil.

Isso posto, a capacitação e o desenvolvimento de recursos humanos deverão contemplar as seguintes instâncias:

- 1 . Conscientização dos parceiros/agentes envolvidos no processo - existência de envolvimento, no processo educacional, de gestores administrativos das diferentes esferas de Governo - Federal, Estadual e Municipal-, nos campos da educação, da saúde, da cultura, da ação social, da ciência e da tecnologia, dos setores primário, secundário e terciário da economia, dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, dos agentes dos meios de comunicação, desde o momento em que as pessoas portadoras de altas habilidades/superdotados e/ou talentosos têm a ver com as respectivas ações desses setores.

São necessárias para a formação desses agentes informações e conhecimentos a respeito da capacidade potencial das pessoas portadoras de altas habilidades, as condições que favorecem ou prejudicam seu pleno desenvolvimento e a fundamentação legal, filosófica e ética desse trabalho educacional. À medida que esses agentes compreendem a natureza e a abrangência da questão, eles passarão a nortear e a adequar as decisões e as ações de seus campos específicos de atuação sob uma nova ótica.

2 . Sensibilização dos agentes sociais básicos que acompanham o processo de crescimento e desenvolvimento desses seres humanos - formação de gestores/dirigentes do sistema de ensino:

- * Secretários de Educação;
- * Diretores Regionais;
- * Supervisores de Ensino, e
- * Diretores de Unidades Escolares.

Desde o momento em que passam a existir nas esferas federal, estadual e municipal a vontade política e o compromisso ético de realmente efetivar-se a *Educação para Todos*, e desde o momento em que se define que esse grupo de pessoas deve receber o atendimento complementar diferenciado a que tem direito, conforme a demanda e as respectivas diferenças individuais que o caracterizam, e sendo educação para TODOS, esse grupo tem o direito de receber atendimento complementar e específico, e os gestores, por sua vez, precisam efetivar seus compromissos com a melhoria da qualidade de educação.

A preparação desses dirigentes deverá estar perpassada no mínimo por:

- noções de gestão contemporânea;
- planejamento (envolvendo planejamento estratégico);
- conhecimentos específicos sobre pessoas portadoras de altas habilidades/superdotados e/ou talentosos;

- conhecimentos sobre fundamentos legais, filosóficos e éticos, e
- fundamentos pedagógicos.

À medida que os gestores/dirigentes do sistema de ensino ampliam sua competência nessa área, seu desempenho profissional adquire qualidade, produtividade, eficiência e eficácia, o que toma sua ação transformadora e emancipatória.

3. Capacitação de recursos humanos propriamente dita - compreende:

- a formação, e
- o aperfeiçoamento de docentes e de especialistas.

O ideal seria a formação profissional do docente e a do especialista se aproximarem de um perfil de personalidade correspondente, mais compatível com a natureza do alunado.

Em termos de perfil destacam-se:

- interesse e motivação para lidar com alunos portadores de altas habilidades;
- conhecimentos sobre natureza e características básicas da superdotação;
- energia, entusiasmo e perseverança;
- flexibilidade e versatilidade no planejamento das atividades relativas ao aluno portador de altas habilidades;
- sensibilidade e disponibilidade em suas relações pedagógicas e educativas;
- disposição para aceitar o desafio que representa um superdotado em saia de aula, por meio do processo de mútua cooperação no campo do saber, do conhecimento e da convivência social;
- receptividade;
- facilitador de interação grupai;
- criatividade;
- adequação de estratégias interessantes;

- facilidade no manejo de classe;
- encontro de soluções originais;
- equilíbrio emocional, e
- competência, compromisso e disponibilidade relacional.

O docente não precisa ser superdotado ou apresentar características diferentes de um bom professor. Enquanto não ocorrer oferta de formação de docentes em nível de terceiro grau, seja na graduação, na pós-graduação ou nos cursos de especialização, é importante que a formação do magistério em nível de segundo grau seja reforçada e valorizada e que contemple, em seu currículo, conhecimentos básicos sobre altas habilidades, superdotação e talentos. Quanto ao aperfeiçoamento, os sistemas de ensino deverão organizar programas de capacitação com caráter sistemático e contínuo.

Se assumida a metodologia de AÇÃO - REFLEXÃO - E AÇÃO, recomenda-se que a prática cotidiana enseje a realização de estudos e pesquisas que requeiram novos dados e posturas de inovação. Nesse sentido, os cursos, seminários, *workshops*, etc, devem considerar o desenvolvimento pessoal e profissional, as novas tecnologias e inovações metodológicas, o manejo de classe e todos os demais assuntos da área de educação e das ciências correlatas, como Economia, Política, Antropologia e outras.

4. Educação contínua de elementos que venham a integrar o processo de atendimento - deve ocorrer para os seguintes elementos:

- família;
- comunidade escolar;
- comunidade local;
- movimentos religiosos;
- grupos e instituições (bibliotecas, museus, clubes, academias, movimentos de jovens, clubes de serviços (Lions, Rotary, etc), e
- conselhos municipais e estaduais de direitos tais como: o de Defesa da Criança e do Adolescente, das Pessoas Portadoras

de Deficiência, dos Idosos; e o Conselho de Assistência Social preconizado pela Lei Orgânica de Assistência Social - Lei nº 8742 de 07/12/93 (LOAS).

Esses segmentos devem receber informações e conhecimentos necessários à compreensão das pessoas portadoras de altas habilidades/superdotados e talentosas, para que sejam preparadas para trabalhar em rede de cooperação.

5. Acompanhamento permanente de agente-alvo do processo (aluno ou usuário do serviço) - fundamental que o agente (aluno ou usuário) tenha oportunidade de auto-capacitação e de auto-avaliação, para que possa ser fonte realimentadora do seu próprio processo de crescimento e fator do desenvolvimento dos demais, uma vez que poderá ser, a curto, médio e a longo prazos, mais um agente multiplicador.

O Grupo de Trabalho MEC / SEESP / 95, atendendo ao atual modelo de trabalho em parceria, ressalta alguns itens no sentido de compatibilizar esforços, desenvolver parcerias, organizar, sistematizar e publicar as variadas e importantes contribuições que já vêm sendo realizados e que poderão vir ainda a se-lo, a fim de socializar o maior número possível de informações e conhecimentos que formam e compõem o corpo de estudos relacionados aos portadores de altas habilidades/superdotados e/ou talentosos no Brasil.

Alguns programas e inúmeros esforços foram e continuam sendo realizados nessa direção, faltando apenas, em muitos casos, reuni-los e organizá-los, a fim de publicá-los e distribuí-los, disseminando e ampliando assim todas as contribuições atualizadas, em consonância com os documentos e a literatura que deram os subsídios para o funcionamento desse G.T. e para seu documento final. Tais estudos, investigações e pesquisas pertencem a áreas transdisciplinares e interdisciplinares, devendo portanto estar englobadas em um planejamento que estimule a produção de conhecimento nesta área, a fim de subsidiar experiências de campo e ações educacionais previstas neste documento.

Nessa perspectiva, é imprescindível a ligação entre teoria e prática, de acordo com as modernas tendências de pesquisa. Isso nos remete para a importância das universidades e dos centros de pesquisa, bem como outros organismos que se dedicam à investigação nas diversas áreas do saber.

Seguem-se algumas sugestões possíveis e necessárias, acrescentando-se que todas as realizações e intercâmbios devem ser firmados por meio de documentação e registro, para acompanhamento e divulgação. Sugere-se assim:

1) relação e ligação sistemáticas entre as pesquisas teóricas e o campo prático de atuações, com maior entrosamento com universidades, especialmente aquelas que já possuem cursos, currículos e linhas de pesquisa voltadas para a educação especial;

2) intercâmbio com universidades federais e privadas, no sen-

IX- IMPORTÂNCIA DO DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS E DA IMPLANTAÇÃO DE UMA POLÍTICA DE DOCUMENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO CONHECIMENTO PRODUZIDO

40

tido de atualização anual, contendo recomendações, bibliografia atual, artigos e teses afins;

3) verificação do impacto da realização de programas de atendimento na prática pedagógica e discussão visando a melhoria qualitativa dessa prática, tais como aspectos voltados para: gênero, tipos de perfis deste alunado: atuação profissional de equipes docentes e formas de participação comunitária, programas de atendimento (rede pública e privada); levantamento estatístico envolvendo todas as secretarias, associações, etc. que realizem atividades e/ou programações para esse agrupamento da educação especial; formas de avaliação, princípios básicos de planejamento; tecnologia educacional e recursos dos meios de comunicação;

4) temáticas ligadas à arte em geral e à arte-educação em especial, e publicação de encartes detalhando as temáticas específicas;

5) supervisão da organização de bibliotecas e ludotecas em pelo menos uma escola por Município brasileiro, facilitando a atividade exploratória, o desenvolvimento do lúdico e da fantasia desde a mais tenra idade;

6) atualização e publicação de um glossário relativo aos termos mais frequentemente usados no campo da educação especial, a fim de facilitar a comunicação entre Municípios e entre Municípios e a SEESP / MEC;

7) levantamento atualizado de instituições, associações, museus, institutos de artes e de linguas, e documentação e registro de serviços e centros universitários, com fins de parceria, que possam favorecer o enriquecimento e o atendimento a algumas necessidades básicas para o desenvolvimento do sentido estético e da sensibilidade.

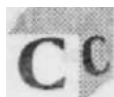
8) sistematização e atualização de documentos do ensino regular e especial com fins de compatibilização e otimização dos recursos existentes e em funcionamento, bem como aspectos legais oriundos dos Conselhos Estaduais e Nacional de Educação que facilitem e acompanhem o aluno em caso de transferência local ou

estadual, reforçando a participação e o envolvimento da família no processo educacional;

9) interface com os diversos Ministérios, com fins de compatibilização de ações e troca de experiências, visando à intercomplementaridade e à formação de rede de cooperação, e

10) estratégias que viabilizem a cooperação entre Estados, Municípios, organizações não-governamentais (ONGs) e os Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais de Educação.

X - ESTRATÉGIAS E SUGESTÕES PARA OS CONSELHOS NACIONAL, ESTADUAIS E MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO 43



omo linha de proposta de ação continuada, e a partir do documento "A HORA DO SUPERDOTADO", surgiu uma proposta do então Conselho Federal de Educação, traduzida no Parecer n° 711/87, de 02/09/87, a partir do qual alguns Conselhos Estaduais baixaram normas sobre a matéria para seus respectivos sistemas de ensino, a exemplo do Rio de Janeiro. Propõe-se a análise das matérias relacionadas ao assunto, já publicadas, bem como recomendações e sugestões apreciadas pelo Conselho Nacional de Educação face à necessidade urgente de seu encaminhamento aos Conselhos Estaduais e Municipais de Educação.

- ALENCAR, E. S.** *Psicologia e educação do superdotado*. São Paulo EPV. 1986.
- _____. *Como desenvolver o potencial criativo*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- ALMEIDA, L.** *Técnicas da inteligência*. Porto: ED/Psicologia, 1988.
- ALVES, R.** *Filosofia da Ciência. Introdução ao jogo e suas regras*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1992.
- ANTIPOFF, H.I** *educação do bem-dotado*. Rio de Janeiro: SENAI /DN/DPEA, 1992.
- ANTIPOFF, O.** "O bem-dotado e seu atendimento na Fazenda do Rosário". *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* 6: 391-395. 1976
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA PARA SUPERDOTADOS.** *Boletim Histórico*. Rio de Janeiro, 1990.
- BARROS, O.S.** (organizador). *Superdotados: Quem são? Onde estão?* São Paulo: Pioneira. 1988.
- BENJAMIN, W.** *Re/lexões: a criança, o brinquedo, a educação*. São Paulo: Sumnius Editora, 1992.
- BUSCAGLIA, J. E.** *I 'ivendo. amando e aprendendo*. Rio de Janeiro: Ed. Record. 1982.
- BONO, E.** de. *O pensamento criativo: como adquiri-lo e desenvolvê-lo*. Petrópolis: Vozes, 1970.
- _____. *Criatividade levada a sério*. Porto Alegre: Artes Médicas. 1995.

BRASIL. *Habilitações profissionais no ensino de segundo grau.* Brasil : MEC/CENESP, 1972.

_____. *Subsídios para organização e funcionamento de serviços de educação especial: área de superdotação* (Manual). Rio de Janeiro: MEC/CENESP, 1976.

_____. *Educação especial: superdotados.* (Manual). Rio de Janeiro: MEC/CENESP, 1976.

_____. *Experiência pioneira no Distrito Federal.* Brasília: DEX/BGP/DEE, 1979.

_____. *Educação para todos: caminho para mudança.* Brasília: MEC /CENESP, 1985.

_____. *Diretrizes para o atendimento ao aluno superdotado/talentoso no Distrito Federal: áreas das artes plásticas, cênicas e musical.* Brasília: DEX/BGP/DEE, 1985.

_____. *O resgate da educação especial.* Brasília: Coordenadoria de Comunicação Social, 1985.

_____. *A hora do superdotado.* Brasília: MEC / Conselho Federal de Educação - CFE / CERED, 1987.

_____. *"Ações de Atendimento ao Superdotado"*. Documenta 321. Brasília: CFE/MEC, 1987.

_____. *Educação para todos: a conferência de Nova Delhi.* Brasília: MEC, 1994.

_____. *Política Nacional de Educação Especial.* Brasília: MEC / SEESP, 1994.

_____. *Municipalização das políticas públicas*. Brasília: IPEA / ENAP, 1993.

_____. *Plano Decenal de Educação Para Todos*. Brasília: MEC, 1993.

FREEMAN, J. *Los niños superdotados. Aspectos psicológicos y pedagógicos*. Madrid, Santillana, 1985.

GALLAGHER, J. *Teaching the gifted child*. Boston: Allyn & Bacon, 1975.

GARDNER, H. *Mentes que criam*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

HOHN, E. *Testes para superdotados*. Buenos Aires: Paidós, 1967.

HOPLEY, A.J. (ed.). ECHA, European Journal for High Ability. 1994.

KIKK, S. & GALLAGHER, J. *Educação da criança excepcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

LANDAU, E. *A coragem de ser superdotado*. Editora CERED (Centro de Recursos Educacionais/São Paulo, 1990).

LEI (n° 5692 de 1 L/08/71) *Diretrizes e Bases para o Ensino de 1° e 2° Graus*. Brasília: MEC.

_____. (n° 8069 de 13/07/90) *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasília: Ministério da Ação Social.

LEI (n° 8742 de 07/12/93) *Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)*.

- LUCITO, L.** *Crianças superdotadas*. In: DUNN, Lloyd M. *Crianças excepcionais. Seus problemas. Sua educação*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1971
- MACHADO, J.B. & RAPOSO, H.A.D.** *Superdotado: como identificar desenvolver, integrar*. Coletânea de dados. Rio de Janeiro: Rotary Club do Rio de Janeiro, 1989.
- METRAU, M. B.** *Os superdotados universitários segundo a percepção de seus professores*. Rio de Janeiro: SENAI/DN/DPEA, 1986.
- _____. *Questões da superdotação vista pelos próprios superdotados*. Integração, 1994.
- _____. *Nos bastidores da inteligência*. Rio de Janeiro. Ed. UERJ, 1995.
- NOVAES, M.H.** *O potencial criativo dos superdotados*. In: Psicologia da criatividade. Petrópolis: Vozes, 1971.
- _____. *Desenvolvimento psicológico do superdotado*. São Paulo: Atlas, 1979.
- _____. *Talento e superdotação*. Rio de Janeiro: Departamento de Psicologia, PUC/RIO. 1995.
- OTTONE, E.** *Educação e conhecimento: eixo da transformação produtiva com equidade. Lima visão sintética*. Brasília: MEC / INEP, 1993.
- PRISTA, R.** *Psicomotricidade e superdotação*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- PROJETO DESTAQUE.** *Relatório de Atividades Técnicas*. Rio de Janeiro: Editora e Gráfica Miguel Couto S.A., 1991 e 1993.

RATHS, L. et alii. *liminar o pensar*. São Paulo: EPU, 1977.

RENZULLI, J. J. *The three-ring conception of giftedness: a developmental model for creative productivity*. In: Stenberg, R. e Davidson, J. *Conceptionsofgiftedness*. Cambridge (EUA): Universityof Cambridge, 1988.

ROSEMBERG, R.L. *Psicologia do superdotado*. Rio de Janeiro: J. Olympio. 1973.

SEMINÁRIO SOBRE SUPERDOTADOS. 1. *Anais* BRASÍLIA: MEC / UnB / Faculdade de Educação, 1974.

. 2. *Anais* ... Rio de Janeiro: MEC / CENESP / UERJ, 1977.

SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE SUPERDOTADOS. 3. *Anais* São Paulo: ABSD/ SENAC / CENESP, 1979.

_____. 4. *Anais* Porto Alegre: ABSD / CENESP, 1981.

_____. 5. *Anais* Salvador: ABSD / CENESP, 1983.

_____. 6. *Anais* Beto Horizonte: ABSD/ AD AV/CENESP, 1985.

_____. 7. *Anais* Curitiba: ABSD, 1987.

_____. 8. *Anais* Belém: ABSD, 1989.

_____. 9. *Anais* Goiânia: ABSD, 1991. (em elaboração)

_____. 10. *Anais* Vitória: ABSD, 1994. (no prelo)

TAYLOR, C.W. *Criatividade: progresso e potencial*. São Paulo: Ed. IBRASA, 1976.

TORRANCE, P. *Orientaçòn dei talento criador*. Buenos Aires: Troquei, 1969.

- _____. *Criatividade, medidas, teste e avaliação*. São Paulo: IBRASA, 1986.
- VYGOTSKY, L.S.** *Pensamento e linguagem, psicologia e pedagogia*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1989.
- WECHESLER, J.R.** *('natividade: descobrindo e encora/ando*. Campinas: Editora Psy, 1993.
- WEIL, P; D'AMBRÓSIO, V & CREMA, R.** *Rumo à nova transdisciplinaridade: sistemas abertas de conhecimento*. São Paulo: Ed. Summus, 1993.
- WOLFF, D.** et al. *A descoberta do talento*. Rio de Janeiro: Lidador, 1971.

**ELABORADO POR CONSULTORES ESPECIALISTAS
NA ÁREA DA SUPERDOTAÇÃO**

Mana Heleno Novaes Mira - PhD em Psicologia

Coordenadora dos Trabalhos

Eunice M Soriano de Alencar - PhD em Psicologia

Leila Magalhães Santos - Pedagoga com Especialização em
Educação de Superdotados

Therezinha fram - Pedagoga, psicóloga

Marsyl Bulkool Metrau - Pedagogia, Mestre em Educação
de Superdotação

Ilze Ketzer - Pedagoga

Técnicos da SEESP MEC

PRODUÇÃO EDITORIAL DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Com o objetivo de expandir a oferta da educação especial no Brasil, bem como dar estímulo às inovações pedagógicas que venham a contribuir para a melhoria da qualidade do atendimento, a Secretaria de Educação Especial/MEC, está divulgando textos e informações para atualizar e orientar a prática pedagógica do sistema educacional. Para tanto, ela criou uma linha editorial contendo quatro séries: Institucional, Diretrizes, Atualidades Pedagógicas e Legislação, assim especificadas:

SÉRIE INSTITUCIONAL - destinada à publicação de textos oficiais com vistas à divulgação de políticas educacionais e demais produções de órgãos gestores nacionais e internacionais.

SÉRIE DIRETRIZES - visa a informar, sugerir e orientar a elaboração de planos de trabalho a serem implementados nos estados e municípios brasileiros.

SÉRIE ATUALIDADES PEDAGÓGICAS - Objetiva a difusão e estímulo às inovações pedagógicas que se apresentam em muitos estados na área de educação especial, a fim de promover o intercâmbio de experiências.

SÉRIE LEGISLAÇÃO - pretende disseminar a evolução dos aspectos legais referentes às pessoas portadoras de necessidades especiais, seus direitos e deveres.



Ministério da Educação e do Desporto
Secretaria de Educação Especial
Esplanada dos Ministérios, Bloco L, 6º andar
70047-901 - Brasília-DF



Representação no Brasil
SAS - Quadra 5 - Bloco H - Lote
Ed. CNPq/IBCT - 9º andar
Caixa Postal 08563
70070-000 Brasília - DF - Brasil